BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TERRITÓRIOS NEGROS URBANOS DE PORTO ALEGRE NA PÓS-ABOLIÇÃO

Felipe Rodrigues **Bohrer**¹

A Colônia Africana teve a sua época, movimenta e temida. Hoje ela é oficialmente o miolo do moderno bairro Rio Branco. O lugar, como se pode ainda verificar, era simplesmente primitivo, embora oferecesse do seu alto, ao norte, uma boa vista... Mas, como Colônia Africana, perdurou por muitos anos e só começou a ser chamado de Rio Branco, ultimamente, com a penetração da laboriosa coletividade israelita em seu território. Hoje conta até com sinagogas! A região agora apresenta bom aspecto. Atualmente é um bairro moderno e urbanizado, mas ainda até bem pouco tempo era um lugar perigoso e infestado de desordeiros. Eu o conheci no tempo dos largos valos e das vicejantes macegas. Era um lugar de meter medo! De dia, muito pouca gente se atrevia a percorrer essa urbanizada rua Liberdade, porque, de noite, a região era domínio indiscutido da alta malandragem que vinha da bacia do Mont'Serrat, do outro lado, e sitiava a praça melhor para farrear. E quem ia lá?

A bacia do Mont'Serrat, sem dúvida, é um dos sítios celeberrimos da cidade. Hoje, o lugar está modificado, mas, se bem considerarmos, vamos constatar que nem tanto assim! Ainda é o Mont'Serrat das correrias e dos tipos pitorescos e desordeiros de todos os tempos. Uma época houve, no entanto, que visitar essa bacia era uma aventura! Aí era o lugar, famigerado e temido, onde o arruaceiro fazia de dia e pagava de noite! Quantas histórias tenebrosas saíram daí, umas inspiradas nas aperturas da baixa malandragem da cidade e outras bem mais alimentadas pelos esfuziantes vapores da boa cachaça! Esse era o mundo medonho da bacia! (111)... Ainda numa tarde ensolarada destes dias tépidos da nossa última primavera, tive o ensejo de palmilhar esses logradouros da famigerada bacia do Mont'Serrat. É um lugar de aspecto alegre. O grande número de modestas casinhas, atestando os seus humildes moradores, mostram, por si só, a vida do bairro. É verdade, todavia, que já há boas e encantadores residências. Vi, assim, naquela parte em que se originou o nome da bacia, muitos e sorridentes filhos de Cam que, em grupos, despreocupadamente, estirados ao longo dos barrancos das suas desprotegidas ruas, conversavam, escutavam futebol pelo rádio, ou então, o que é mais próprio deles, reunidos num improvisado conjunto orquestral, ensaiavam os característicos instrumentos tão nosso familiares, entoando as lamúrias da música do Lupicínio. Era a alma do samba que estava vibrando no meio daquela gente alegre! Este é, pois, o vivo colorido desse bairro movimentado pelo espírito simples daquela gente humilde e eternamente despreocupada!" (Sanhudo, 1975: 112-113)

Em 2010 o carteiro Éder Luis Farias escreveu um livro sobre a vida de seu avô, Veridiano farias, inspirado pelas muitas histórias que seu pai contava. "Revirando" os álbuns de fotografias, as caixas de recordações e reavivando as lembranças familiares fala "de um homem que lutou contra a intolerância e atravessou com sacrifício as barreiras de sua vida", fazendo jus ao título da obra: *Da música à Medicina: A odisséia da formatura do segundo médico gaúcho negro*. Veridiano Farias nasceu em 1906 na cidade de Rio Grande, foi o primeiro dos sete filhos que tiveram Franklin Fortunato Farias e Maria Sabina. A família Farias mudou-se para Porto Alegre quando Veridiano tinha 13 anos. Foram morar na rua Vasco da Gama, localizada no Território Negro conhecido como Colônia Africana. Veridiano começou a estudar música ainda jovem com seus irmãos, e, depois de alguns anos, já tocavam em orquestras. Enquanto exímio tocador de trombone de vara fez parte da Espia Só Jazz Band, conjunto orquestral formado por músicos negros moradores da região da Colônia Africana. Tocou também outros grupos musicais, lecionou música, foi músico de rádio e ensaiou blocos carnavalescos,

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

como os Predilectos, que tinha sede em 1937 na rua Ramiro Barcellos – também na região da Colônia Africana. Fora as lidas de um músico profissional, Veridiano Farias, em 1933, trabalhou como condutor de bondes da Carris e, por este período, estudava magistério. Passou em concurso público para ser Chofer Sanitarista. No exercício de sua profissão, assim como em outras diversas situações cotidianas, enfrentou situações de racismo ao socorrer uma colega que passava mal, sob o argumento que este não era o trabalho dele e sim do médico. Esta situação fortaleceu seu sonho de estudar medicina e tornar-se médico. Veridiano fez seleção na Faculdade de Medicina de Porto Alegre em duas situações, na primeira não foi aprovado, na segunda, foi aprovado, porém não classificado. Não sendo atendidos seus pedidos de revisão das provas resolveu cursar a Faculdade de Ciência Médica do Rio de Janeiro, onde conseguiu transferência, no meio do curso, para retornar a Porto Alegre. Veridiano Farias, após longo percurso de luta e dedicação, tornou-se médico em 1951 e trabalhou no Hospital de Itapuã. Em certo dia, no ano seguinte, ao se dirigir para o trabalho foi vítima de um ataque cardíaco fulminante. O seu falecimento provocou uma comoção muito forte nas pessoas próximas e na cidade como um todo, sendo noticiado em jornais e rádio. No ano seguinte ao seu falecimento, foi homenageado com a denominação de um logradouro público, a Rua Dr. Veridiano Farias. (Farias, 2010)

Os dois excertos que abrem este trabalho servem de porta de entrada para o nosso objetivo neste artigo, que é trazer questionamentos sobre os Territórios Negros Urbanos de Porto Alegre no período da pós-abolição. As narrativas mencionadas são antagônicas e apontam diferentes modos de perceber e viver estes espaços urbanos. No primeiro relato temos a descrição de um memorialista consagrado da ‘história oficial’ de Porto Alegre – Ari Veiga Sanhudo – sobre a região da Colônia Africana e ‘seus arredores’. Seu texto, publicado inicialmente em 1961, apresenta uma visão um tanto afastada dos modos de vida e culturas populares, resultando em uma interpretação pejorativa da presença da população negra na cidade de Porto Alegre. Qualificativos como ‘primitiva’, ‘pitoresca’, ‘temida’, ‘famigerada’ para designar a ‘celebérrima’ região entrecruzam a descrição de seus ‘humildes moradores’ – ‘sorridente filhos de Cam’, compreendidos como ‘alta malandragem’, ‘baixa malandragem’, ‘desordeiros’, ‘arruaceiros’ e ‘eternamente despreocupados’. Certamente, através da descrição do memorialista de Porto Alegre, perceber ilustres trajetórias como a do músico e médico Veridiano Farias não seria imaginável. Em contraponto, estas histórias de solidariedade e luta, presentes no livro de memórias de Éder Luis Farias, ilustram uma disputa simbólica sobre a constituição e formação da cidade e da presença e participação da população negra neste processo. Neste ponto, o artigo se propõe a analisar os Territórios Negros Urbanos frente a esta disputa por identidades. Para isto, torna-se necessário discutir algumas características da composição destes espaços em diálogo com as interpretações produzidas pela historiografia.

Outros pontos motivaram a escolha pelos dois excertos ilustrativos no início do trabalho, como a menção à atividade musical e as trajetórias e relatos da população negra. Estes dois aspectos (atividade musical e trajetórias/relatos) vão ser utilizados como ferramentas de problematização da compreensão dos territórios negros a partir da historiografia local. A imagem elaborada por Sanhudo, após sua ‘aventura’ de visita à ‘bacia do Mont’ Serrat’, ilustra bem o que queremos problematizar: os “muitos e sorridentes filhos de Cam” que o memorialista relatou estarem ‘estirados ao longo dos barrancos das suas desprotegidas ruas’, conversando e ensaiando, ‘despreocupadamente’, com os característicos instrumentos em um ‘improvisado conjunto orquestral’ está longe da trajetória de vida do músico Veridiano Farias. Neste primeiro momento, podemos perceber que a falta de beleza da Colônia Africana, o modo de vida desorganizado e a despreocupação ‘daquela gente humilde’, denunciado por Sanhudo, está mais nos olhos de quem observa, do que naquilo que é observado.

* * *

A abordagem da população negra na historiografia sul-rio-grandense, no período que compreende o final do século XIX e o início do século XX, é caracterizada pela influência dos principais pressupostos de análise em voga nos seus respectivos períodos de produção e vigência. Uma das principais correntes de pensamento baseou-se nas doutrinas do racismo científico desenvolvidas na Europa a partir da segunda metade do século XIX² como meio de explicação da formação histórica e identitária da ‘nação brasileira’. Estas formulações, que tiveram uma grande aceitação entre diversos setores da sociedade, principalmente entre as classes dominantes, acabaram por definir de que forma se desenvolveriam e analisariam as relações sociais nesta sociedade multi-étnica. No Brasil, estas idéias encontraram uma grande aceitação, sendo elas largamente difundidas, principalmente nos finais do século XIX. Como observa Petruccelli:

² A ciência vinha passando por um longo processo de legitimação na Europa através do seu desenvolvimento nos campos das ciências exatas e biológicas. Esta validação científica, transposta para o campo social, acabou sendo um instrumento utilizado para a constituição deste discurso onde, através de formulações de leis gerais, se buscava justificar a superioridade européia frente às populações subjugadas através da exploração econômica e do domínio cultural. Havia, portanto, a noção sobre a desigualdade das raças humanas atreladas ao darwinismo social, que justificava a dominação de populações tidas como atrasadas e inferiores por outras, que representavam a civilização e o modelo de padrão de desenvolvimento a ser seguido, no caso as européias.

É inegável a influência exercida pelas teorias e doutrinas raciais européias de finais do século XIX nos intelectuais do país. O pensamento brasileiro expressava, à época, uma preocupação sistemática com a origem multi-étnica do povo brasileiro, percebida como fonte de contradições sociais e obstáculo à construção de uma identidade nacional. A sociedade oitocentista do Brasil, baseada no escravismo e na superposição do sistema de dominação social sobre a hierarquia de relações inter-raciais, constituía um campo bem propício a estas influências. (Petrucelli, 1996: 01)

Estas teorias racistas foram elaboradas num contexto europeu específico essencialmente diferente do brasileiro, o que tornou necessária a reformulação dessas idéias, de forma que sua utilização se enquadrasse na realidade sócio-cultural brasileira³. As apropriações destes pensamentos constituíram um grande problema para as elites brasileiras, tendo em vista que, no Brasil, eram justamente os elementos constituintes da estrutura social os principais pontos criticados na elaboração destes conjuntos de idéias, condenando o país ao fracasso de seu desenvolvimento em função de sua composição étnica. Assim, estas doutrinas tiveram que passar por uma adaptação à especificidade brasileira, justamente para tornar possível o desenvolvimento nacional com os elementos que a constituía. Neste processo de elaboração identitária, seja nacional ou regional, Guimarães (2004) nos alerta que o racismo surge, na cena política brasileira, como doutrina científica, quando se avizinha à abolição da escravatura e, conseqüentemente, à igualdade política e formal entre todos os brasileiros (Guimarães, 2004: 03).

Os desdobramentos destas formas de analisar as relações raciais na constituição de uma identidade nacional tiveram forte repercussão na produção historiográfica sul-rio-grandense para a constituição de um caráter regional⁴. Naturalmente, os preceitos elencados por estas escolas implicaram em uma série de parâmetros que norteiam o senso comum na atualidade sobre o povo brasileiro, e mais especificamente sobre o

³ Conforme Guimarães (2004), o racismo duro da Escola de Medicina da Bahia e da Escola de Direito do Recife, entrincheirados nos estudos de medicina legal, da criminalidade e das deficiências físicas e mentais, evoluiu, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, em direção a doutrinas menos pessimistas que desaguarão em diferentes versões do 'embranquecimento', subsidiando desde as políticas de imigração, que pretendiam a substituição pura e simples da mão-de-obra negra por imigrantes europeus, até as teorias de miscigenação que pregavam a lenta, mas contínua fixação pela população brasileira de caracteres mentais, somáticos, psicológicos e culturais da raça branca, tais como podem ser encontrados em escritos de Batista Lacerda (1911) e Roquette Pinto (1933). Foi também no Sul, centro da higienização públicas ganharam vigência, forçando a amenização das teorias eugenistas em versões que privilegiavam as ações de saúde pública e de educação, em detrimento de políticas médicas de controle da reprodução humana e dos casamentos (Guimarães, 2004: 03-04).

⁴ O principal representante das interpretações baseadas numa idéia de raças calcada na biologia e em pressupostos do racismo científico europeu foi o Jorge Salis Goulart em sua obra sobre a formação do Rio Grande do Sul (1927) produzindo em constantemente dialogando com o renomado intelectual Oliveira Vianna e sua teoria do branqueamento.

gaúcho. Noções como a liberdade, a democracia, a bravura, a hombridade, assim como os grandes contingentes de imigrantes na formação destes ‘estado-brasileiro-europeu’ são tributárias destas perspectivas e, anualmente, são reforçadas em comemorações oficiais, mobilizando o Estado, os meios de comunicação e o sentimento de pertencimento de grande parte da população.

Embora saibamos que as formulações desenvolvidas pela intelectualidade nos moldes do cientificismo estejam preocupadas com a elaboração identitária do Rio Grande Sul, observamos que são ressaltados a participação e contribuição de grupos étnicos de origem europeia em detrimento das populações de origem africana e indígena, reservando a estes últimos o silêncio e a invisibilidade. Por outro lado, esta idéia de invisibilidade da presença negra também é contestada pelas constantes campanhas de estigmatização desta população difundido por diversos jornais, atentando para seus costumes, locais de residência e formas de moradia. Neste aspecto, as teorias científicas como o racismo científico, higienismo e antropologia criminal contribuíam para corroborar as visões depreciativas sobre a população ‘nacional’ e suas formas de vida, só que neste momento apontando para sua presença de forma problematizada ao invés de indicar sua ‘inexpressiva’ participação na formação do Rio Grande do Sul.

Em Porto Alegre, como salienta Bittencourt (2010), os negros mesmo estando fora da história local, numa persistente construção ideológica da invisibilidade ou da imposição da violência simbólica, desempenharam um papel fundamental na construção dos espaços urbanos, na formação da economia, da cultura e da identidade urbana da sociedade porto-alegrense. Os negros africanos e os afrodescendentes trabalharam intensamente em atividades domésticas, no comércio, na construção civil, nos transportes, na limpeza urbana, e em inúmeros outros ofícios, deixando suas contribuições na culinária, medicina, religião, música, dança, festas, imprensa e expressões lingüísticas para a formação social, cultural, econômica e política local (Bittencourt, 2010: 21). A participação da população negra em diversas atividades e instancias de atuação demarcou sua presença ao longo da formação e do crescimento de Porto Alegre, contrariando a imagem formulada pela intelectualidade local.

Sendo importante local de referência identitária da população negra, os territórios negros urbanos ocuparam um papel secundário no ‘discurso oficial’ do desenvolvimento da cidade de Porto Alegre, que salientou sua povoação açoriana e a contribuição dos imigrantes alemães e italianos na sua constituição. Michael Pollack, ao estudar os embates em torno da memória nacional, verifica que a história oral, ao

privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, ressalta a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’. Estas memórias reabilitam os grupos excluídos no trabalho de constituição e formalização de suas memórias, acentuando o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória oficial. Conforme o autor, a clivagem entre memória oficial e dominante – embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação – e memórias subterrâneas encontra-se com mais frequência nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante (Pollack, 1989). Sob este aspecto, o estudo dos territórios negros é essencial para compreender os ‘pedaços’, a história e suas particularidades, ou seja, a história dos moradores do local e sua relação com o todo da cidade. Através do território é possível um melhor delineamento dos espaços, espacialidades e locais dos grupos negros na cidade e suas múltiplas vivências (Oliveira, 2008: 14).

Por sua vez, o antropólogo Bittencourt Jr. (2010) nos alerta que o conceito (noção) de Territórios Negros Urbanos tem se caracterizado “por um denominador comum para o trato de núcleo urbanos de natureza residencial ou interacional (transicional e fluido)”, embora “se refira a todas as formas de constituição histórica e aos processos socioculturais de territorialização promovida pelos grupos etnorraciais negros, por meio de sua matriz cultural africana” (Bittencourt Jr., 2010: 11). Embora concordemos com sua percepção estaremos dialogando justamente com este ‘denominador comum’ – ‘regiões urbanas’ de Porto Alegre com recorte temporal entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Esta apropriação dos territórios negros enquanto núcleos urbanos ‘circunscritos’ é, em grande parte, acreditamos, decorrente da interpretação de antigos cronistas e memorialistas de Porto Alegre, como as considerações de Sanhudo, sobre a presença negra na cidade e foi reforçada pelas primeiras análises da historiografia local que, pautada nos estudos sobre representações e imaginário, os utilizaram como fontes. Conseqüentemente se estabeleceu uma imagem estigmatizante destes locais de moradia e sociabilidade da população negra, perpassando uma idéia de confinamento e de ‘guetização’.

Esta produção historiográfica local⁵ apontou a Colônia Africana, a Cidade

⁵ FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre. Guia Histórico*. Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2006; KERSTING, Eduardo. *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a colônia africana*. Dissertação de Mestrado (PPGHIS/UFRGS), 1998; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os Pobres da Cidade: vida e trabalho (1880-1920)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994; PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os excluídos da Cidade. In: SEFFNER, Fernando (Org.). *Presença negra no Rio Grande do Sul*.

Baixa, o Areal da Baronesa e a Ilhota como territórios marcadamente de composição negra no período final do regime escravista e pós-abolição, formando um ‘cinturão negro’ ao redor da região central, espaço privilegiado da vida administrativa, econômico e cultural das elites dirigentes. Em contraponto a estes territórios negros, haviam outras regiões onde habitavam segmentos abastados voltados para a implantação da ordem burguesa e a modernização urbana, o que gerou uma divisão espacial marcada pela diferenciação social (Pesavento, 1995).

Figura 1: Mapa de localização dos Territórios Negros Urbanos no final do séc. XIX.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho [Mapoteca].

UE/Porto Alegre, 1995. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do outro no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 195-216, 1999; MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: Imprensa e Policiamento Urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUSC/ANPUH-RS, 2004.

Na Planta da Cidade de Porto Alegre de 1906, organizada e desenhada por A. A. Trebbi (Figura 1), podemos observar a localização aproximada dos territórios negros apontados pela bibliografia, ressaltados em vermelho. Circundado em verde ressaltamos o Centro na ponta da península, local privilegiado da vida econômica, social e política da cidade, limitado pelo Rio Guaíba. Imediatamente vizinha a esta região, temos a Cidade Baixa situada entre o Campo da Redenção (grande área ajardinada no centro do mapa) e o Riacho (demarcado em azul). Ao seu lado temos a localização do Areal da Baronesa, também limitada pelo curso do arroio a oeste, pelo Rio Guaíba ao sul, ao norte pela Avenida 13 de Maio (principal via de acesso ao arraial do Menino Deus) e a leste pela Rua 28 de Setembro, após esta via predomina na região diversas chácaras pertencentes às famílias enobrecidas da cidade. Acima da Cidade Baixa e do Areal da Baronesa observamos circundado em vermelho o território da Ilhota, limitada por um meandro acentuado no curso do Riacho. Atravessando o Campo da Redenção chegamos à Colônia Africana, região conseguinte ao bairro Bom Fim, localizada na ligação entre os morros da Independência e do Mont Serrat.

É importante salientar que não é possível realizar uma delimitação física rígida destes espaços, servem apenas para fins metodológicos. O que procuramos observar na análise, portanto, é justamente o processo dinâmico destes espaços, dialogando com regiões vizinhas e procurando apontar suas especificidades. Nesse sentido, como iremos abordar no decorrer do texto, suas ‘delimitações’ vêm sofrendo alterações, expandindo e complexificando os Territórios Negros Urbanos. Por sua vez, esta trajetória é tributária tanto da crescente investigação destes espaços urbanos em diferentes áreas acadêmicas (como história, antropologia, sociologia, arquitetura, geografia, entre outras) e seus diferentes problemas, métodos e referenciais teóricos de investigação, assim como, principalmente, da reivindicação da população negra e diversos movimentos sociais⁶. Dessa forma, o que nos propomos realizar neste momento é uma discussão teórica e metodológica sobre a abordagem histórica dos territórios negros urbanos, mais especificamente os de Porto Alegre no período da pós-abolição. Para isso, iremos dialogar a bibliografia produzida por diferentes áreas do conhecimento, que já

⁶ SANTOS, Irene (org.). *Negro em preto e branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre*. Porto Alegre : [s.n.], 2005; SANTOS, Irene (Org.). *Colonos e quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre*. Porto Alegre: [s.n.], 2010; FARIAS, Éder Luis. *Da música à Medicina: A odisséia da formatura do segundo médico gaúcho negro*. Cidadela, Porto Alegre. 2010; BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldir Carvalho. *Os Percursos do Negro em Porto Alegre: Territorialidade Negra Urbana*. In.: PORTO ALEGRE. Museu de percurso do negro em Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal: Vinícius Vieira, 2010.

avançaram e problematizaram tais resultados de pesquisa, com os dados empíricos reunidos.

* * *

Os trabalhos acadêmicos sobre os territórios negros urbanos “ganham fôlego” na historiografia local a partir das investigações baseadas na História Cultural no final da década de 1990⁷, principalmente através dos trabalhos de Sandra Pesavento, procurando abordar os territórios negros da cidade relacionando-os com o processo de exclusão do espaço urbano que se construía naquele momento. Partindo do pressuposto de que as representações do mundo social são elas mesmas constituintes da realidade social, são observadas uma série de expressões na intenção de reconstruir uma possível expressão do imaginário social da população porto-alegrense no referido contexto histórico. Através dos relatos dos cronistas e jornais da época, inseridos em um contexto de crescimento urbano e modernização de Porto Alegre, se atestam uma apreciação valorativa destas regiões resultando na associação destes territórios negros com a marginalidade. A estigmatização em torno dos territórios negros, e das formas de vida e moradia da população pobre em geral, reverberaram com grande frequência nos jornais de grande circulação em Porto Alegre na virada do século XIX. Iremos citar, à título de ilustração, alguns excertos sobre a Colônia Africana que atestam tal afirmação:

É raro que passe um dia sem que à polícia chegue o conhecimento de mais uma ocorrência desagradável, um atentado qualquer, tendo por teatro a nunca assaz decantada Colônia Africana. Roubos, assassinatos, estupros, facadas, tudo se dá naquele lugar maldito, valhaçouto de quanto bandido há por esta cidade, refúgio de quanta baixa meretriz por aí vive. (Gazeta da Tarde. Porto Alegre, 10.07.1895. MCSHJC.)

A corte do crime – assim devia chamar-se o sinistramente célebre arrebalde desta cidade e que é conhecido pela denominação de Colônia Africana. Corte do crime, é o que é verdadeiramente a tal Colônia. (...) E, há um mês, mais ou menos, a Colônia Africana transformou-se em uma espécie de resumo da Calábria antiga! (Gazetinha, Porto Alegre, 01.03.1896. AHPAMV.)

Diariamente vai a imprensa registrando os atentados de que é teatro a Colônia Africana, antro de vagabundos e viciosos que por ali se aglomeram, ocasionando lamentáveis conflitos. (assassinato de João Figueira, português). É necessário que a polícia exerça toda a vigilância na referida Colônia, para reprimir os inúmeros crimes que ali se praticam. (Gazeta da Tarde. Porto Alegre, 27.02.1896. MCSHJC.)

Um tenebroso inferno assemelha-se a famosa Colônia Africana, antro de vagabundos e desordeiros, que por ali pintam o caneco. Não há dia em que não role o pau por certas tabernas ali situadas, onde se juntam os avinhados heróis do cacete e da faca. (Gazeta da Tarde. Porto Alegre, 13.07.1896. MSCHJC.)

⁷ Pesavento, (1994); Pesavento (1995); Pesavento (1999); Kersting (1998).

A região da Colônia Africana, assim como outras regiões populares de Porto Alegre, era largamente referida enquanto de antro de vagabundos, ociosos e viciosos, precisando ser vigiado para não por em risco a vida do ‘cidadão de bem’⁸. É interessante a lógica criada pelos raciocínios da imprensa moralista: no primeiro momento se estabelece a caracterização do local, compreendido como o foco das desordens, arruaças, bebedeiras, assassinatos, roubos, etc. Em seguida é alertado o perigo para as famílias de bem, e para a cidade, a continuidade desta região. Por fim, se conclui que o melhor caminho a ser traçado é através da ação policial, vigiando e reprimindo, e por vezes solicitando a expulsão de seus habitantes, e conseqüentemente de sua fama atribuída. Estas imagens desenvolvidas foram, em seus contemporâneos, sem dúvida, um dos elementos demarcadores dos territórios negros relacionando estes espaços de moradia com a marginalidade, assim como sugerindo formas de atuação sobre os respectivos espaços urbanos. Sobre este ponto, Raquel Rolnik, ao estudar os territórios negros em São Paulo e no Rio de Janeiro, compreende que a história da comunidade negra é marcada pela estigmatização de seus territórios na cidade, conforme a autora:

...se, no mundo escravocrata, o devir negro era sinônimo de subumanidade e barbárie, na República do trabalho livre, negro virou marca de marginalidade. O estigma foi formulado a partir de um discurso etnocêntrico e de uma prática repressiva; do olhar vigilante do senhor da senzala ao pânico do sanitarista em visita ao cortiço; do registro esquadrinhador do planejador urbano à violência das viaturas policiais nas vilas e favelas (Rolnik, 1989: 16).

O uso de textos jornalísticos possibilita um aporte documental importante para trabalhar as diferentes visões sobre os valores e preceitos da realidade social no determinado período, contribuindo para a compreensão de como essas populações, e seus locais de moradia, eram vistas e apropriadas por seletos segmentos da sociedade, como os cronistas e jornalistas – estando estes, por um lado, bastante atentos no crescimento econômico de Porto Alegre e na modernização dos costumes e, por outro, um tanto afastados dos modos de vida populares. Como lembra Mauch, “as notícias como fonte histórica por um lado expressam como os contemporâneos interpretavam alguns fatos e práticas da época e, por outro, como eles pretendiam interferir na sociedade construindo e reelaborando imagens” (Mauch, 2004: 60). No entanto, mesmo

⁸ Como ressalta Hebe Mattos, no Brasil de finais do século XIX, a ‘tendência ao ócio e à vadiagem dos trabalhadores nacionais’ se explicaria cada vez mais em termos ‘raciais’. As construções discursivas oficiais tenderiam cada vez mais a trabalhar politicamente os estereótipos de ‘vadiagem’ e ‘preguiça’ para os ‘trabalhadores nacionais’ e de ‘morigeração’ e ‘trabalho’ para o imigrante europeu (Mattos, 2005: 32-33).

considerando que jornal é um espaço socialmente reconhecido de criação de verdades e consensos, desenvolvendo imagens e idéias, não é possível aproximar-se da forma de sua apropriação pela população. Estes limites de pesquisa apontados, são bem desenvolvidos por Mauch:

E mesmo que fosse possível saber quantos eram e a que grupo social pertenciam os leitores dos dois jornais, isso pouco diria sobre a sua concordância ou não com os pressupostos e argumentos dos jornalistas. Parte-se do princípio que o leitor é alguém imerso num contexto cultural, atravessado por diferentes informações adquiridas na sua experiência cotidiana, na escola, na igreja, no trabalho, na família, nos livros, etc., sendo o jornal apenas mais um elemento dentro desse contexto (Mauch, 2004: 63-65).

Dessa forma, o uso de jornal, ou mesmo os textos de cronistas e memorialistas, contribui para a compreensão de como essas populações estigmatizadas eram vistas e apropriadas por diferentes segmentos da sociedade. Esta busca das representações, no entanto, torna-se pouco reveladora sobre as vivências cotidianas e as formas de atuação da população negra nestes territórios, forma na qual poderíamos avaliar a incidência destas representações estigmatizantes sobre a vida de seus moradores em diálogo com suas estratégias de mobilidade e inserção social, situando o foco da análise na atuação dos sujeitos. Portanto, as investigações dos territórios negros analisadas somente através de noticiosos moralistas dos jornais de grande circulação encobrem a complexidade das relações sociais do referido período ao salientar a participação negra na lógica da exclusão e da herança da escravidão, ‘perpetuando’ no presente a visão depreciativa, formulada nos moldes do racismo científico, em torno deste grupo social.

O que procuramos problematizar é justamente o ‘peso’ destinado à ‘representação’ na compreensão dos Territórios Negros por meio de atribuição externa, locais habitados por ‘sujeitos’. Dessa forma, no primeiro momento, prevalece uma visão homogenizadora destas regiões sob o prisma da marginalização e da criminalidade em tom de denúncia. Em um segundo momento, não se observa as relações sociais desenvolvidas em seu interior, retirando a atuação de seus moradores através de suas estratégias e meios de mobilidade social e formação identitária. Consequentemente se encobre a complexidade da manifestação destes territórios negros e os significados das relações raciais desenvolvidas no Rio Grande do Sul no período da pós-abolição.

Acreditamos que um dos pontos mais caros desta forma de análise reside na equiparação indireta dos Territórios Negros Urbanos de Porto Alegre com os Guetos negros norte-americanos. No sentido de circunscrever a presença e os locais de moradia

da população negra, aliada a uma percepção homogênea de sua composição étnica e seus modos de vida. Para o sociólogo Loic Wacquant, em termos ideais-típicos, um gueto pode ser caracterizado como uma formação sócio-espacial compacta, nitidamente delimitada, limitada racial e/ou culturalmente. Dessa forma, o Gueto, é dialético, pois resulta ao mesmo tempo, a separação e o encontro. A separação do grupo em relação à sociedade e, em segundo, o encontro dos iguais, perante o fechamento e a imposição de barreiras que interferem internamente (Wacquant, 2008). Embora tenham pontos inspiradores na obra de Wacquant, como a referência realizada sobre as ‘duas faces do gueto’⁹, nos interessa discutir a idéia de ‘enclausuramento’ da população negra.

A existência dos territórios negros de Porto Alegre não significa que eram compostos exclusivamente por negros, nem, tão pouco, significa que esta população não ocupava outros espaços da cidade. As suas manifestações apontam para a concentração de moradias e vivências em diversas localidades manifestadas em evidências documentais e, principalmente, nas memórias de seus antigos, e atuais, moradores. Tem-se conhecimento que a população negra habitou e circulou por todo espaço urbano, da mesma forma que outros grupos sociais e/ou étnicos vivenciaram a mesma experiência, inclusive nos territórios negros¹⁰.

Sob este aspecto, o antropólogo Iosvadyr Bittencourt Jr. é muito elucidativo ao verificar que os negros ocuparam afirmativamente, em Porto Alegre, o espaço público urbano, contribuindo com o desenvolvimento da economia e cultura local:

⁹ Loic Wacquant compreende que o Gueto comunitário, formada nas grandes metrópoles industriais até o período do pós Segunda Guerra Mundial, baseia-se na exclusão forçada de uma população ‘negativamente tipificada’, em um ‘território fronteiriço’, de reserva, onde essa população desenvolve uma série de instituições paralelas que servem ao mesmo tempo de substituto funcional às instituições dominantes da sociedade abrangente e de aparato protetor contra elas. Esse gueto comunitário, para Wacquant, incluía uma perfeita complementação das classes negras, ligadas por uma consciência unificadora de raça, uma extensiva divisão social do trabalho e a presença de agências comunitárias com bases amplas para mobilização e representação (Wacquant, 2008).

¹⁰ Temos registros ilustrativos destes diferentes locais de moradia da população negra através dos recenseamentos de Porto Alegre, organizados por Olímpio de Azevedo Lima nos anos de 1912, 1917 e 1922. Dentre diferentes informações estatísticas sobre a cidade e seus moradores, temos uma seção denominada *Os centenários* onde é apresentado fotografia e um breve histórico de alguns moradores com mais, ou próximos, de 100 anos. No total dos três exemplares constam 23 ‘centenários’ fotografados, sendo 9 brancos (1 polaca, 1 italiana e 7 brasileiros) e 14 negros (6 africanos e 8 brasileiros). Sobre os locais de moradia destes negros centenários informados pelo recenseador observamos menções à Territórios Negros, como no ‘*Areial da Baroneza*’ e na Cidade Baixa, através das ruas Olaria (atual Lima e Silva) e José do Patrocínio. Observamos residências também no Centro da cidade (Arvoredo e Duque de Caxias) e outras regiões, como a rua Visconde do Rio Branco e avenida Rocco. Com estes dados não estamos pretendendo tecer considerações sobre a distribuição espacial dos locais de moradia da população negra. Mesmo apresentando um recorte extremamente fechado – moradores com mais de 100 anos que foram fotografados e biografados – fica nítido a utilização de diferentes espaços urbanos para moradia, além dos Territórios Negros.

Eles consolidaram saberes singulares no que diz respeito à linguagem, aos modos de festejar, à religiosidade, à culinária, ao saber em torno dos ervanários; nas edificações, nas músicas, nas artes, nos rituais religiosos, difundindo-se através dos seus Territórios Negros Urbanos, onde sedimentaram múltiplas formas de sociabilidade pública negra urbana (Bittencourt Jr., 2010: 13)

Para o antropólogo, a territorialidade negra decorre dos percursos construídos e vivenciados pelos africanos e seus descendentes no bojo do processo da diáspora africana que contribuíram ‘na produção histórica do amplo universo social e simbólico denominado Atlântico Negro. Deste modo, a territorialidade negra urbana, tanto quanto as demais formas sociais negras, de algum modo são marcadas por esse processo de enraizamento múltiplo, bem como são delimitadas pelos valores históricos, signos e valores comuns partilhados, pelo ‘estar-junto’ com elevado grau de empatia e de compatibilidade com a cultura negra. Neste ponto Bittencourt deixa claro que quando nos referimos aos territórios negros urbanos consideramos que os mesmos apresentam as características acima apontadas, quase sempre apoiadas na ampla circularidade dos negros e, ao mesmo tempo, mantendo territórios específicos, nos quais os atores sociais sobre intensas influências de signos, símbolos e valores vinculados às diversas formas expressões (Bittencourt Jr., 2010: 13).

As contribuições dos estudos sobre memória são de grande importância para a compreensão dos territórios negros centrado no sujeito. Partindo do caráter relacional e situacional de atores e grupos sociais da cidade, suas análises partem do ‘cidadino’, que ocupa espaços urbanos, deslocando-se por seus diversos territórios e estabelecendo relações de proximidade e distância com outros indivíduos, em contextos específicos e situados (Frúgoli Jr, 2007: 7). Neste intuito, busca-se compreender a cidade a partir de suas formas sociais, seguindo os grupos pelos seus deslocamentos pela cidade, descobrindo, a partir desta perspectiva centrada na vivência do sujeito, que cidade é essa. Tais procedimentos propiciam uma compreensão do social mais ampla e democrática, revertendo, da população negra, a condição de objeto para a condição de sujeito responsável pela construção de sua memória. Para o caso de Porto Alegre podemos verificar esta ampla circularidade da população negra ao longo da cidade, e a menção aos territórios negros enquanto espaço de referência, em diversos estudos sobre antropologia urbana e memória desenvolvidos pelo BIEV, como os documentários

*Mestre Borel: a ancestralidade negra em Porto Alegre e O Bará do mercado Público: os caminhos invisíveis do negro em Porto Alegre*¹¹.

Investigando sobre a vida cotidiana na sociedade contemporânea, a distinção levantada por Michel de Certeau entre a noção de ‘lugar’ e ‘espaço’ permite permear a complexidade dos territórios negros através da atuação e vivência de seus sujeitos. Michel De Certeau (1994) compreende que o “lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência”. O ‘lugar’ caracteriza-se como uma configuração instantânea de posições, implicando a indicação de estabilidade, visto que “os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar próprio e distinto que define” (1994: 201). Por sua vez, o espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. Diferentemente do ‘lugar’, o ‘espaço’ é dotado por um conjunto de movimentos que aí se desdobram. “Em suma, o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres” (1994: 202).

De Certeau compreende que num exame das práticas do dia a dia que articulam essa experiência, a oposição entre ‘lugar’ e ‘espaço’ há de remeter sobretudo, nos relatos, a duas espécies de determinações: uma, por objetos que seriam no fim das contas reduzíveis ao *estar aí* de um morto, lei de um ‘lugar’; a outra, por *operações* que, atribuídas a uma pedra, a uma árvore ou a um ser humano, especificam ‘espaços’ pelas ações de *sujeitos* históricos (parece que um movimento sempre condiciona a produção de uma espaço e o associa a uma história). Conforme o autor, os relatos constituem ‘uma prática do espaço’ fornecendo vida e movimentos aos espaços urbanos, transformando lugares em espaços ou espaços em lugares. Representados em descrições ou figurados por atores, esses lugares estão ligados entre si de maneira mais ou menos firme ou fácil por ‘modalidades’ que precisam o tipo de passagem que conduz de um a outro lugar. Estes relatos correspondem aos percursos de espaços que atravessam e organizam lugares selecionando e reunindo em um só conjunto, ‘deles fazem frases e itinerários’.

¹¹ Ver também: RAMALHO, Olavo Marques. Entre a avenida Luis Guaranhas e o Quilombo do Areal: estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre/RS. Dissertação de Mestrado (PPGAS/UFRGS), 2006.

As considerações realizadas por De Certeau, aliada à noção de circularidade, nos indicam, nos trabalhos historiográficos, a situar o foco de análise na atuação do sujeito. Ao problematizarmos as pesquisas pautadas nos relatos dos cronistas e nos jornais moralistas, sob o prisma da história cultural, ressaltamos justamente a impossibilidade de percepção dos territórios negros pautada nas trajetórias, vivências e lutas de seus habitantes. O historiador E. P. Thompson (1987) nos alerta que o conhecimento histórico é, pela sua natureza, provisório e incompleto, seletivo e limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência (e os conceitos que informam essas perguntas) (1987: 49). Estas considerações contribuem para percebermos os limites mencionados na compreensão dos territórios negros, visto que as fontes consultadas (jornais de grande circulação) pouco podem oferecer além da visão estigmatizante. Sob este aspecto, podemos citar pesquisas que operaram também com os pressupostos da História Cultural, mas que almejaram ir além da representação dos segmentos dominantes e moralistas para a compreensão dos territórios negros. Nesta trajetória, ganharam impulso trabalhos focados na atuação do sujeito, atentos nas trajetórias individuais, nas relações sociais da vida cotidiana, nas atividades culturais, sociais e políticas da população negra e na formação de identidades étnicas¹². Para isto, os problemas de pesquisas foram reformulados e outros pressupostos teóricos agregados, assim como novas fontes foram exploradas. Os resultados destas pesquisas nos fornecem uma imagem um tanto diferente da participação da população e dos territórios negros na cidade de Porto Alegre, semelhante aos textos selecionados para abrir este artigo.

O pesquisa realizada pela historiadora Jane Mattos (2000) sobre o território negro do Areal da Baronesa demonstra bem o percurso na qual estamos nos referindo. Seu objetivo central é questionar a possibilidade desta localidade ser considerada como

¹² Ver MATTOS, Jane Rocha de. *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)*. Dissertação (PPGHIS/PUCRS), 2000; OLIVEIRA, Márcia Ramos de. Lupicínio Rodrigues: a cidade, a música, os amigos. Dissertação de Mestrado (PPGHIS/UFRGS), 1995. GERMANO, Iris. Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40. Dissertação de Mestrado (PPGHIS/UFRGS), 1999. MATTOS, Jane Rocha de. *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)*. Dissertação (PPGHIS/PUCRS), 2000. BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldir Carvalho. Os Percursos do Negro em Porto Alegre: Territorialidade Negra Urbana. In.: PORTO ALEGRE. Museu de percurso do negro em Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal: Vinícius Vieira, 2010. SANTOS, Irene (org.). Negro em preto e branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre. Porto Alegre: [s.n.], 2005. 181 p. SANTOS, Irene (org.). Colonos e quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre. Porto Alegre: [s.n.], 2010. ROSA, Marcus. V. F. Quando Vargas caiu no samba: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940. Dissertação de Mestrado (PPGHIS/UFRGS), 2008.

território negro, partindo de traços identitárias ligados a elementos de cultura africana praticados nesse espaço. Partindo das modificações do espaço e das relações entre os indivíduos que a compuseram, a autora procura analisar como se constituiu o Areal da Baronesa, como este espaço foi apropriado pelo imaginário da cidade, quem eram os seus moradores, “quais as relações estabelecidas entre eles no cotidiano, como se percebiam e como eram percebidos” (2000: 51). Jane Mattos considerou fundamental a discussão sobre o conceito de território negro para objetivar a compreensão da formação histórica do Areal da Baronesa. Cruzando autores de diferentes áreas, a autora busca superar a compreensão de território somente enquanto espaço físico, situando o sujeito no interior do espaço como foco de análise. Apartir desta concepção, a autora afirma que o território do Areal da Baronesa, entrecruza o interacional e o residencial na sua constituição, ou seja, era um local das sociabilidade e também da moradia, sendo o espaço real vivido (2000: 17). Ao problematizar a noção de território negro, Mattos compreende que esses espaços “tecem redes de sociabilidades, sendo evidenciadas as atribuições sobre si mesmo e sobre o outro, afirmando identidades e demarcando fronteiras simbólicas” (2000: 117). Conforme a autora:

apropriar-se de um espaço vai desvelar também identidades grupais, ou seja, na constituição de espaços de habitação ou de vivência, do compartilhar de experiências de determinado grupo da cidade, vai demarcar a diferença, pressupondo, neste sentido, uma relação de alteridade. Esta relação nós/eles evidenciava-se na constituição dos territórios urbanos apontados como ‘lugares de pretos’ ou territórios negros. (Mattos, 2000)

Os objetivos elencados pela Jane Mattos mostram que sua preocupação está centrada na atuação do sujeito, mesmo estando atenta sobre a forma que a região foi apropriada no ‘imaginário da cidade’. Tal direcionamento parece óbvio tendo em vista que seu problema de pesquisa visa indagar aquele espaço enquanto território negro, enfocando aspectos culturais e demarcações de fronteiras simbólicas. Esta questão pouco poderia ser contemplada se observássemos apenas os relatos de cronistas e jornais de grande circulação na época, a não ser que fossem empregados em diálogo com fontes que apontassem a atuação do sujeito – para isso a autora utilizou a imprensa negra e processos crimes.

Como já afirmamos, o uso de textos jornalísticos possibilita um aporte documental importante para trabalhar as diferentes visões sobre os valores e preceitos

da realidade social no determinado período. A leitura do jornal negro *O Exemplo*¹³ fornece diversas informações sobre a vida social, indicando atividades sociais e culturais realizadas, voltando-se para a remodelação identitária. Especialmente nessa primeira fase, a vida social da comunidade negra possuía um espaço privilegiado. Liane Muller afirma que a principal tarefa de *O Exemplo* era divulgar os trabalhos e festas desenvolvidos nas associações de negros. Os projetos sociais eram largamente comentados em suas páginas. Sempre que uma sociedade se propunha a levar a efeito uma iniciativa que melhorasse a vida da comunidade, o *Exemplo* colocava-se solidamente à disposição para divulgá-la e, mais do que isso, para ajudar nas tarefas necessárias. Por vezes, a iniciativa era do próprio jornal, como no caso da fundação da escola noturna (Muller, 1998). Em Porto Alegre, desenvolveram-se diversas organizações criadas como meio de resistência e afirmação da população negra, mobilizando-se em função da ausência ou privação de serviços para este grupo social no período final do escravismo e principalmente na pós-abolição. Para os Territórios Negros de Porto Alegre não faltam menções às atividades negras desenvolvidas no seu interior, contribuindo para sua formação identitária e luta por melhores condições de vida. Os bailes nos clubes negros, o carnaval de rua que percorria os ditos territórios, as diferentes formas de organizações desenvolvidas no interior desses espaços (sociedade beneficentes, bailantes e classistas, asilos, escolas, jornais, sociedades musicais e literárias, entre outras), demonstram sua grande participação e importância para a população negra. As entidades negras musicais foram apenas mais uma forma dentre outras, como as sociedades de socorros mútuos, entidades beneficentes, educacionais, culturais, classistas. Entre 1889 e 1920, a historiadora Liane Muller (1998) localizou referências a setenta e dois clubes e sociedades fundadas por negros, além de um jornal voltado para a defesa dos interesses da população negra e a divulgação de suas atividades sociais. Dessas, onze traziam em seu nome o qualificativo de ‘beneficente’ ou ‘instrutiva’, uma de asilo e duas de entidades que, eventualmente, exerceram funções de ensino. Essas associações se empenharam pela educação de filhas e filhos de operários, pela arrecadação de fundos para as famílias cujo chefe fosse falecido, pelo amparo a crianças abandonadas na Roda dos Expostos e a idosos através da fundação de asilos.

¹³ O jornal ‘*O Exemplo*’ foi fundado por negros em 1892 tendo sua duração até meados da década de 1930. Não foi o único jornal negro fundado em Porto Alegre, mas constitui-se no principal e mais duradouro meio de comunicação da comunidade negra no referido período.

O cruzamento entre o jornal representante de parcela da população negra (O Exemplo) e os jornais de grande circulação, contribuem para verificar o debate e a disputa em torno das interpretações sobre população negra, suas práticas cotidianas e seu local de moradia. Conforme Claudia Mauch (2004), “o jornal ao mesmo tempo lida com significados socialmente estabelecidos e manipula com símbolos e imagens que poderão ou não ser incorporados como novos significados” (2004: 63). Nesse sentido, compreende-se que os preceitos enunciados pelo jornal O Exemplo dialogam diretamente com as imagens estigmatizadas sobre a população negra desenvolvidas nos periódicos de grande circulação, gerando uma visão particular sobre sua forma de inserção social e sobre a abordagem de assuntos voltados para a sua revalorização identitária.

As atividades negras não foram voltadas unicamente na luta direta em busca de sua inserção social, verificamos também diversas atividades culturais que contribuía para a constituição de grupos assentados sobre identidades coletivas. Iris Graciela Germano (1999) utilizando jornais, revistas e história oral, aborda alguns aspectos da construção da identidade negra em Porto Alegre através do estudo do carnaval nas décadas de 1930 e 1940. A autora verificou que o carnaval de rua, neste período, esteve fortemente relacionado aos descendentes de africanos e aos territórios por eles estabelecidos no interior da cidade. O carnaval deste momento é descentralizado, caracterizado pela espontaneidade e participação, sendo organizado pelos próprios moradores dos bairros. O número de blocos e cordões populares passa a ser tão significativo que o carnaval apropriado por estas camadas da população passa a ser o principal foco do carnaval de rua da cidade. É neste momento que o carnaval passa a transitar de forma significativa nos territórios historicamente ligados à população negra da cidade, como o Areal da Baronesa e Ilhota, que compõem o bairro Cidade Baixa, Cabo Racha e a Colônia Africana – parte do que é, hoje, o bairro Rio Branco e Mont-Serrat (1999: 110). O estudo da festa carnavalesca, realizado através de entrevistas e da leitura de periódicos, permitiu recuperar algumas das sociabilidades e conflitos estabelecidos entre os segmentos da população, bem como suas relações no interior da sociedade local.

Por sua vez, Márcia Ramos de Oliveira (1995) realiza uma pesquisa sobre a vida e a obra do compositor Lupicínio Rodrigues atrelado a sua interação frente ao meio do qual emergiu. Junto ao histórico do biografado aliam-se dados sobre a história da própria cidade e dos movimentos culturais associados ao desenvolvimento musical

popular na Ilhota e Cidade Baixa. Nesse sentido, a música surge como elemento integrante de sua personalidade e de sua sociabilidade. Diante das características da composição do território, juntamente com a população que ali residia, Oliveira identifica, através da história oral, os meios que possibilitaram o desenvolvimento artístico de Lupicínio Rodrigues. Ou seja, uma comunidade preponderantemente negra, de baixa renda, que habitava as zonas periféricas e circulantes da cidade, sujeita a inundações periódicas e ações policiais, mas impulsionada pela música que nascia de sua origem africana. Os depoimentos sobre o bairro e a Ilhota não economizam adjetivos ao descrever a solidariedade destas pessoas que resistia e se constituía a partir do movimento devastador das águas. Os sofrimentos causados pelas muitas inundações reforçaram os laços de auxílio e amizade que já haviam se estabelecido por uma aproximação étnica, em função da ascendência de origem africana (1995: 33). As grandes dificuldades vivenciadas por famílias nas mesmas condições de sobrevivência teriam levado ao surgimento de grandes laços de solidariedade. Uma grande afinidade viria a proporcionar as várias manifestações culturais ligadas por um imaginário próprio de grupo racial e socialmente marginalizado. Desta forma pode ser explicada a extrema musicalidade existente nesta zona da cidade, assim como sua identificação com os ritmos africanos, que originaram ‘um outro carnaval’ em Porto Alegre (1995: 41).

Nos últimos trabalhos apresentados podemos observar o ‘alargamento’ dos usos e localidades, como a região da Ilhota e da Cabo Rocha, dos territórios negros de Porto Alegre como fruto da pesquisa foca na atuação do sujeito. Ao ser estudado as atividades sociais, seja através da organização negra, do carnaval ou do estudo biográfico de um compositor negro, novos aspectos são contemplados, tais como: a solidariedade da população frente as dificuldades materiais cotidianas e a precariedade das condições de moradia; a atividades sociais desenvolvidas visando estratégias de inserção social e afirmação identitária; a circularidade da população negra entre os territórios apontados como de composição negra; entre outros. No primeiro momento, chama a atenção estes diferentes usos dos espaços urbanos analisados por contrastarem com as imagens estigmatizantes desenvolvidas através das representações criadas por seletos grupos sociais reportando apenas as idéias da marginalidade e criminalidade. Logicamente estes resultados foram consequência de novos problemas, pressupostos teóricos e fontes utilizados, indicando a complexidade deste objeto de estudo.

Figura 2: Mapa de Porto Alegre 1930 - Territórios negros e deslocamentos.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal Moyses Vellinho [Mapoteca].

Ao ser estudado as atividades sociais da população negra novos aspectos são contemplados, tais como: a solidariedade da população frente as dificuldades materiais cotidianas e a precariedade das condições de moradia; a atividades sociais desenvolvidas visando estratégias de mobilidade social e afirmação identitária; a circularidade da população negra entre os territórios apontados como de composição negra; entre outros. No primeiro momento, chama a atenção estes diferentes usos dos espaços urbanos analisados por contrastarem com as imagens estigmatizantes desenvolvidas através das representações criadas por seletos grupos sociais reportando apenas as idéias da marginalidade e criminalidade. Logicamente estes resultados foram consequência de novos problemas, pressupostos teóricos e fontes utilizados, indicando a complexidade deste objeto de estudo. Portanto, a observação das atividades negras se

contrapõe diretamente às imagens da marginalidade e exclusão expressas pelos jornais de grande circulação. Ao situar o foco da análise nas atuações da população negra, por um lado devolvemos a agência ao sujeito, e, por outro, verificamos a disputa por interpretações sobre estes territórios negros e sua população. Portanto, neste primeiro momento, nos limitamos a concluir que o estudo sobre os territórios negros torna-se mais qualificado quando centrado na atuação do sujeito. Por este caminho podemos inicialmente realizar o diálogo entre as ‘representações’ desenvolvidas fora destes espaços urbanos com as atividades praticadas no seu interior.

Até o momento podemos observar algumas formas como os territórios negros foram abordados pela historiografia local, traçando diferentes caminhos de análise. Primeiramente ressaltamos pesquisas que abordaram uma apropriação externa dos territórios como meio de compreensão dos mesmos, realizadas através das análises dos discursos proferidos. Pontuamos, por um lado, sua importância para a demarcação destes espaços frente à opinião pública, e, por outro, seus limites por não considerar a atuação dos sujeitos e restringir a percepção dos territórios negros como espaço de marginalidade, criminalidade e exclusão. No segundo momento salientamos pesquisas que situam seu foco de análise na atuação do sujeito, seja através das relações sociais estabelecidas no interior destes territórios ou das atividades sociais desenvolvidas, mostrando avanços na compreensão dos territórios negros.

O desenvolvimento historiográfico da abordagem sobre os territórios negros está vinculado a uma constante complexificação do objeto de estudo, onde novas evidências são interrogadas por novas perguntas. Como salienta E. P. Thompson a “história oferece causas necessárias, mas nunca suficientes, pois as ‘leis’ do processo social e econômico estão sendo continuamente infringidas nas contingências” (1987: 48). A multiplicidade de interpretações sobre os territórios negros está pautada pelas orientações teórico-metodológicas em diálogo com a evidência histórica. Neste ponto, cabe lembrar que a “a evidência histórica tem determinadas propriedades. Embora lhe possam ser formuladas quaisquer perguntas, apenas algumas serão adequadas” (Thompson, 1987: 50). Portanto, a complexificação da compreensão sobre os territórios negros perpassa uma gradativa busca do processo global do fenômeno que, por sua vez, nos propõem novos questionamentos: o que permite estas diferentes interpretações e usos dos mesmos territórios? A quem interessava uma visão estigmatizante? O que fomentou uma série de estratégias de mobilidade social desenvolvidas no interior, e a partir, destes espaços?

Da mesma forma que a população habitava e vivenciava todo o espaço urbano, a manifestação dos territórios negros não é necessariamente tributária de uma composição étnico-racial exclusiva, sendo habitados somente pela população negra. Sobre estas composições, Raquel Rolnik salienta que, para o Rio de Janeiro e São Paulo, os locais apontados como territórios negros jamais foram exclusivamente negros: desde os tempos da escravidão misturavam os pobres da cidade. Conforme a autora, o bairro Bexiga em São Paulo, por exemplo, tem sido negro e italiano; o velho centro do Rio, negro e português, e assim por diante. No entanto, isso não quer dizer, conforme a autora, que historicamente não tenham existido, nessas cidades, comunidades afro-brasileiras fortemente estruturadas e circunscritas a territórios particulares (Rolnik, 1989: 11).

Para o caso de Porto Alegre desde o surgimento destes territórios verifica-se que a população branca empobrecida (imigrantes ou nacionais), assim como de origem *indiática*, estiveram presentes nestes espaços de moradias, contribuindo para sua caracterização e desenvolvimento. Para podermos ilustrar um pouco esta composição plural iremos mencionar o levantamento realizado nos Livros de Porta da Santa Casa de Misericórdia para o ano de 1899-1900¹⁴, contendo a relação das pessoas internadas para tratamento médico, totalizando 78 registros de moradores da região da Colônia Africana¹⁵. Deste conjunto arrolado, fora a indicação das moradias, nos interessam analisar as informações sobre *cor* e nacionalidade. Do montante de 78 pessoas, temos a seguinte composição: 12 pretos, 21 pardos, 6 morenos, 36 brancos e 3 *indiáticos*. Ou, em outras palavras, 36 brancos e 42 não-brancos. Desta população branca (36) temos 20 estrangeiros (8 italianos, 5 portugueses, 3 espanhóis, 2 austríacos, 1 russo e 1 boêmio).

Mas afinal, o que nos dizem estes dados? Primeiramente cabe alertar que o atendimento na Santa Casa de Misericórdia destina-se principalmente à população pobre, e que, portanto, estão contemplados apenas parte da população residente – pessoas pobres¹⁶ que ficaram doentes. Em segundo lugar, os dados são escassos para avaliarmos, dentro da região delimitada, possíveis ‘zonas’ de concentrações étnicas.

¹⁴ *Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1899-1900. CEDOP/SCMPA.

¹⁵ Distribuídos pelas ruas: Colônia Africana, Castro Alves, Liberdade, Mariante, Boa Vista, Guimarães, Larga, São Manoel, Caminho do Meio e Ramiro Barcelos. As informações referentes à moradia são informadas pelos pacientes e não acompanham necessariamente as denominações oficiais dos arruamentos..

¹⁶ Salvo 6 pessoas que foram classificadas em quanto de segunda classe (todos brancos, sendo 3 estrangeiros).

Conseqüentemente estamos impedidos de tecer suposições gerais sobre a composição étnica dos moradores da Colônia Africana, não podendo sugerir uma distribuição dos grupos étnicos presentes. Por outro lado, esta pequena amostragem nos serve apenas para ilustrar a dita heterogeneidade étnica da população em um momento próximo ao surgimento de maior incidência de moradias na referida região, na virada do século XIX para o XX. Portanto, antes de nos propiciar respostas, estes dados no ajudam a formular perguntas.

A manifestação de uma composição heterogênea, tanto social como *eticamente*, para muitos pesquisadores, contribuem e determinam os próprios territórios negros através de uma relação de alteridade e de sentimentos de pertencimento, fortalecendo suas diferenças e fomentando a articulação de grupos através das relações de conflitos e solidariedades¹⁷. O antropólogo Fredrik Barth, ao tratar da etnicidade no seu texto “Los grupos étnicos y sus fronteras” (1976), compreende que o grupo étnico é o “sujeito” da etnicidade, e que um grupo étnico não é um mero agrupamento de indivíduos de um setor da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou relacionadas por experiências compartilhadas. Os grupos étnicos são categorias com a função de organização social entre grupos operando no interior de contextos sociais comuns, que distingue os membros dos não-membros. Essa distinção não resulta do isolamento, mas sim, da interação social, sendo mais marcados os limites étnicos quanto maior for a interação. Para o autor, os traços culturais que demarcam as fronteiras e as características de seus membros podem se transformar, porém a dicotomização entre os membros e não-membros se mantém. Os critérios de reconhecimento do grupo, assim como o próprio grupo, podem mudar e tais critérios não são objetivos, são aqueles que os atores consideram significativos em cada contexto.

Tendo em vista que a Colônia Africana, assim como os outros territórios, apresentava uma composição étnica e social heterogênea compreendemos que este aspecto contribuiu para a sua demarcação enquanto território negro. Estes locais de vivências cotidianas demarcam diversas identidades assentadas sobre um mesmo território, fruto da multiplicidade de relações de proximidades e distanciamentos. Conforme Barth, a identidade é construída e transformada na relação e interação entre grupos sociais. Isso ocorre através de processos de inclusão/exclusão que estabelecem

¹⁷ A análise dos territórios negros e identidades sociais baseada nas teorias dos estudos étnicos foi realizado por Jane da Rocha Mattos para o Areal da Baronesa e pela Íris Germano Graziela ao estudar o carnaval de rua desenvolvida pela população negra.

limites e alteridades entre os grupos envolvidos, definindo os integrantes e os não-integrantes, estabelecendo pares de oposição como “nós/eles”. Nesse sentido, a identidade se constituiu de forma relacional e contrastiva a partir da diferença em relação aos “outros”.

O estudo da atuação do negro na produção cultural, mais especificamente no meio musical, reporta a discussão de alguns parâmetros. Conforme o estudo de Mintz e Price ao considerarem que os processos de formação cultural não foram unilaterais e nem homogêneos. Para os autores, tratar a cultura como um rol de traços, objetos ou palavras é perder de vista a maneira como as relações sociais são conduzidas através dela – e, portanto, é ignorar a maneira mais importante pela qual ela pode modificar ou ser modificada. (Mintz & Price, 2003: 41). Neste ponto, é evitado a tendência a categorizar a cultura em termos de grandes ‘tópicos’ (econômicos, políticos, tecnológicos, folclóricos, etc), que introduzem uma certa rigidez no assunto, preferindo pensá-las em termos de relações interpessoais que faziam a mediação dos materiais culturais (2003: 53).

Analizando questões relativas à cultura popular, e mais especificamente à cultura popular negra, Stuart Hall assinalou a impossibilidade de se encontrarem forças puras, enfatizando o papel exercido pela apropriação, cooptação e rearticulação seletivas de ideologias, culturas e instituições européias e do patrimônio africano, com o que se tinha necessariamente a produção de formas híbridas. Isso conduz necessariamente ao entendimento do espaço da cultura popular e, ainda, da cultura popular negra, tomado como um espaço contraditório, impossível de ser captado a partir da busca de uma essencialidade popular ou negra, de suposta autenticidade (Hall, 2003: 323-4). De acordo com esse autor, qualquer estudo sobre a cultura popular, tanto de suas bases como de suas transformações, deve considerar as lutas em torno da cultura, das tradições e de formas de vida das classes populares. Nesse sentido, compreende que “a cultura popular não é, num sentido “puro”, nem as tradições populares de resistência a esses processos, nem as formas que as sobrepõem. É o terreno sobre o qual as transformações são operadas” (Hall, 2003: 232).

Neste ponto reside um dos aspectos mais importante em nossa análise. Considerando que a territorialidade negra na cidade de Porto Alegre ocorre, principalmente, em função de sua circularidade e da criação e manutenção de locais de referência (como os Territórios Negros Urbanos), e que estes mesmos territórios, enquanto espaço de moradia e sociabilidade, apresentam uma ocupação heterogênea

tanto étnica como social, poderia não ter utilidade uma abordagem territorial (através da delimitação de espaços urbanos). No entanto, acreditamos que a necessidade da ocupação territorial se faz necessária para problematizar a atuação da população negra nestes locais de moradia e sociabilidade com outros setores sociais privilegiando as relações sociais, assim como o processo de elaboração cultural e identitária.

Na nossa compreensão o estudo sobre os territórios negros urbanos na pós-abolição, seja ele focado em suas caracterizações ou nas atividades sociais da população negra, tem que ser observadas em constante diálogo com o contexto na qual estão inseridas, problematizando suas especificidades com macros as influências do respectivo período histórico¹⁸. Assim, mesmo percebendo estes espaços como uma obra coletiva construída, também e principalmente, pelos seus sujeitos, sendo assim um local de resistência e de formação identitária, para a nossa discussão interessa observar também estes espaços urbanos frente ao poder público e a partir das vivências da população negra. Nesse sentido, torna-se importante a análise dos territórios negros frente à atuação das políticas públicas e do mercado imobiliário, verificando como estes locais são incorporados no planejamento urbano e como, conseqüentemente, interferem nas populações residentes.

Para o caso de Porto Alegre, os territórios negros se formaram em diálogo com a desagregação do escravismo e a formação do mercado de trabalho livre e sua busca de inserção da população negra neste mercado. Este aspecto é referência chave para entender que as relações sociais desenvolvidas pelos negros em busca de uma participação social, diferente das vivenciadas e legadas pela lógica escravista, estão relacionadas a este complexo processo de transformações nas relações de trabalho. Dessa forma, nos interessa observar como o contexto foi marcante na trajetória destes territórios e seus moradores. O que observamos em comum nos surgimento destes territórios é sua formação no final do século XIX nas regiões limítrofes do núcleo urbano, acompanhando as estradas que realizavam as ligações com os arraiais. Estes

¹⁸ Ao investigar a configuração de sociedades pós-emancipatórias, Frederick Cooper (2005) salienta que o trabalho escravo podia ser analisado em termos econômicos, sociais e políticos, mas o trabalho livre costumava ser definido simplesmente com o fim da coação, não como estrutura de controle da mão-de-obra que precisava ser analisada a seu próprio modo. Estas dificuldades conceituais e analíticas podem surgir, em parte, devido ao fato de que “a noção de liberdade não está no passado nem em outro lugar; é o terreno histórico que habitamos hoje em dia, o sistema que governa nossa vida, nosso meio de vida e nossa consciência” (2005: 42). No entanto, conforme o autor, os arranjos econômicos e sociais que se seguiram à escravidão ficaram muito longe dos ideais de solo livre, trabalho livre e homens livres; na verdade, seguiu-se uma miríade de sistemas de trabalho e arranjos sociopolíticos que engendraram uma série de novas lutas” (Cooper, 2005: 43).

locais estavam vivenciando uma transformação física e funcional ao serem incorporadas as antigas chácaras na malha urbana. Num primeiro momento, o desinteresse em determinados locais da cidade por terem baixas condições de ocupação contribuiu para o surgimento de moradias das populações empobrecidas sem condições de fixar residência nas zonas já ocupadas e estruturadas necessitando apropriar-se de locais com pouco valor para a especulação imobiliária, recebendo pouca atenção do Poder Público nos seus surgimentos. A procura por estabelecerem-se próximo ao centro dialoga, provavelmente, com os trabalhos exercidos pela população pobre na prestação de serviços. Por outro lado, a delimitação do núcleo central da cidade como espaço privilegiado da vida administrativa, comercial e social, direciona os esforços de remodelação e modernização através da atuação da Intendência, problematizando a permanência de grupos populares. Nesse sentido, ocorre o tratamento privilegiado de espaços e setores sociais em detrimento de outros.

No entanto, com o passar do tempo e o crescimento da cidade verifica-se um incentivo da capitalização e mercantilização do solo para atender o constante crescimento demográfico apresentado na cidade, fornecendo mão-de-obra para os investimentos que se avolumavam¹⁹. Dessa forma, os próprios territórios negros, que no seu início estavam localizados em áreas sem infra-estrutura, vão sendo englobado pelo crescimento urbano, e, com as melhorias urbanas, o seu espaço a ser disputado no mercado imobiliário. Nesse sentido, o crescimento urbano tem que ser pensado em diálogo com as políticas públicas de intervenção urbana e o desenvolvimento do mercado imobiliário, visto que, como afirma Rolnik, este processo de urbanização “[...] não se tratava apenas da expansão do quadro construído, mas, sobretudo, de transformações nas relações econômicas que se estabeleceram entre proprietários e ocupantes, com destaque para a emergência da figura do empreendedor imobiliário” (Rolnik, 1997: 103-104).

Com a implementação e o cenário do capitalismo, a terra e a habitação, que em outrora o uso era voltado para a coletividade, passam a ser trocadas como moeda no mercado imobiliário da terra e da habitação na sociedade capitalista. Com as transformações exteriores ao espaço da habitação, a sociedade complexa e de extrema divisão do trabalho, metamorfoseia o lugar de viver e passo a passo, os laços sociais da

¹⁹ Ver MARQUES, T. Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890-1950). *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2005, vol. IX, núm. 194 (13).

sociabilidade, da intimidade dos valores simbólicos, são afetados pelos sentidos dos valores de troca e da produção da mercadoria (Oliveira, 2010: 58). Este ponto é importante por abordar a relação existente entre as políticas públicas de ordenamento urbano com as vivências cotidianas das populações em suas moradias. Conforme Vêras:

Em termos conceituais, a habitação deve ser entendida segundo seu amplo significado, não apenas como abrigo, mas como inserção na cidade (A habitação é a ocupação do espaço urbano com seus complementos, como infra-estrutura, os serviços, o transporte, os equipamentos sociais e a paisagem. Para a força de trabalho que necessita de um lugar para viver e repor suas energias, a habitação deve envolver inúmeras necessidades; de habitar, de localização, de descanso, de serviços e outros atributos sociais e culturais, enfim, da utilidade enquanto valor, onde predomina a legislação social e não a lei do mercado (Vêras, 1994: 325).

Nesse sentido, a moradia vai ter um papel importante na compreensão dos territórios negros por, de um lado, ser marcado por tensões sociais e disputas ao ser local sob força e interesses diversos e, de outro lado, por ser referência na constituição de redes de solidariedades da população negra residentes nestes espaços. Nesse sentido, o espaço da habitação é, também, o lugar onde somos primeiramente inseridos na sociedade. É onde, conforme Oliveira, predomina a herança individual e coletiva, sendo o local onde os registros sociais estão depositado e ali se identifica como pertencentes ao grupo identitário. Assim:

[...] a habitação é vista enquanto lugar de proteção, referente aos processos de transformações do tempo e do espaço, natural e artificial. Nela, o homem e a sociedade, no decurso histórico e social, constituiu-se como a sede das relações sociais, da sociabilidade, da religião, da vida e da morte (Oliveira, 2010: 57).

Sobre o problema da moradia para as camadas populares, os direcionamentos político-econômicos do Poder Público vão dialogar com diferentes forças e meio de atuação que dificultam a manutenção da população pobre em regiões que viabilizam a sua inserção social através do acesso ao trabalho, manifestando a tendência ao processo de periferização em zonas insalubres e distantes do núcleo central de Porto Alegre. Tal situação pode ser contemplada na legislação urbanística, nos processos de remodelação urbana e na atuação de agentes especuladores do solo urbano e das moradias²⁰. Observando a atuação do poder público frente aos territórios negros de Porto Alegre é

²⁰ Sobre a atuação do poder público de Porto Alegre no período republicano, ver: BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996: MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 1995.

notável a sua influência na constituição, desenvolvimento e funcionamento destes espaços. Frente aos diversos incentivos para a capitalização do solo, às políticas tributárias sobre construção e manutenção das habitações, às perseguições dos indesejados locais de moradia popular e, conseqüentemente, à reestruturação urbana através da remodelação, verificam-se relações entre as medidas administrativas do Estado e as regiões dos Territórios Negros Urbanos.

Considerando que a noção de território negro diz respeito à forma como as relações sociais são estabelecidas entre sujeitos que pertencem e/ou frequentam a um mesmo espaço urbano gerando formas específicas de sociabilidade, salientamos que a moradia vai ter um papel importante na compreensão dos territórios negros. Primeiramente por ser marcado por tensões e disputas sociais ao ser local sob força e interesses diversos (de especuladores imobiliários, da população residente, das medidas administrativas do Poder Público); e, em segundo lugar, por ser referência na constituição de redes de solidariedades da população negra residentes nestes espaços (aspecto que observamos na historiografia sobre a atuação social da população negra).

* * *

Ao final deste artigo, consideramos importante para o estudo dos Territórios Negros Urbanos de Porto Alegre, no período da pós-abolição, realizar uma análise das diferentes identidades coletivas priorizando um enfoque entre as vivências pessoais e sociais desta população heterogênea em seu meio de sociabilidade. Ao se analisar a diversidade das experiências de vida, de moradia e suas relações sociais em territórios de composição majoritariamente negra se procura perceber as relações de conflito e solidariedade nos referidos locais. A disputa de interpretações sobre tradições, costumes e identidades, manifestada através de diferentes formas de atuação, contribui para compreender como o desenvolvimento de atividades sociais e culturais colaborou para formação de estratégias relacionadas à mobilidade social por parte da população negra, bem como a elaboração de imagens estigmatizantes sobre sua presença na cidade.

Acreditamos, portanto, que a investigação histórica sobre os Territórios Negros Urbanos necessitam ser realizados com dois enfoques: uma análise externa (vertical) e outra análise interna (horizontal), procurando vincular a atuação do sujeito com o contexto. Externamente interessa observar as políticas públicas sobre o espaço urbano, a atuação do mercado imobiliário e o perfil de ocupação dos territórios selecionados. Estas questões tornam-se centrais a partir do momento em que problematizamos o contexto de surgimento e desenvolvimento desses territórios marcado pelo processo de

abolição da escravatura, pela consolidação do modo capitalista de produção e pelo afã do desejo de modernidade. Estes aspectos vão direcionar a orientação política e econômica do poder público demarcando sua forma de atuação no espaço urbano. Portanto, os territórios negros se configuraram a partir de relações conflituosas de exclusão estabelecidas entre diversos setores da sociedade porto-alegrense e as populações negras, podendo ser analisados através da relação centro-periferia, apontando para a criação de zonas desiguais dentro da cidade partindo de sua ocupação social. Dessa forma, o território negro apresenta um caráter relacional e processual com a realidade urbana maior. Internamente são analisadas as relações sociais no interior destes territórios, procurando dialogar a atuação dos sujeitos com as imposições estruturais resultantes do contexto específico que recaem sobre estes territórios e a população negra. Esses mesmos territórios se configuraram a partir de redes de sociabilidades que uniam os indivíduos e grupos entre si que o habitavam e a uma determinada região da cidade, o que gerava sentimentos de pertencimento. Portanto, se observa nas relações de conflito e solidariedade o estabelecimento de redes demarcando escolhas estratégicas de inserção social e visibilidade no espaço. Nesse sentido, interessa analisar os conflitos de vizinhança como meio de compreender a heterogeneidade da composição dos espaços e as relações de solidariedade como meio de resistência e manutenção dos territórios. Estes espaços de criação cultural, de vivências e de resistência manifestavam meios de se fazer representar em uma sociedade que os segregava e estigmatizava.

O debate sobre o território destacou inúmeras características sociais, políticas, econômicas, culturais e simbólicas. O movimento que produz o território, também pode, conforme as forças e as ações, desterritorializar e reterritorializar. A partir da origem e posteriores deslocamentos populacionais dos grupos negros nos ‘pedaços’ da cidade, verificam-se gradativos movimentos territoriais e segracionistas, demarcando lugares de enraizamento, de referências históricas e identitárias das manifestações culturais e religiosas. A segregação racial e sócio-espacial demarca a formação identitária no espaço (Oliveira, 2010: 77). Já o território, como aponta Raquel Rolnik, quando é preenchido e potencializado pelos espaços de vida (vivido) e através da cultura e identidade, permite a constituição da identidade social nas territorialidades. Verifica-se assim que os territorios são importantes para a construção das identidades sociais, da mesma forma que as identidades são importantes para a construção dos territórios. Nesse sentido, a autora busca apresentar e discutir o próprio conceito de território

urbano enquanto espaço vivido – lugar praticado, obra coletiva construída por seu grupo social (Rolnik, 1989). As considerações realizadas ao longo deste artigo procuraram problematizar diversas características dos Territórios Negros Urbanos no período da pós-abolição visando abarcar diferentes visões e usos destes espaços urbanos. Neste ponto tentamos dotar de sentido os dois excertos que impulsionaram este trabalho.

Referências

- BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendent* (Coleção História; 11). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. 218 p.
- BARTH, Fredrik. “Introducion”. In: BARTH, F. (org.). *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1976. p. 9-49.
- BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldir Carvalho. Os Percursos do Negro em Porto Alegre: Territorialidade Negra Urbana. In: PORTO ALEGRE. *Museu de percurso do negro em Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal: Vinícius Vieira, 2010.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil séc. XIX. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 1995.
- COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. Tomo I e II.
- ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *Tempo e Cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.
- FARIAS, Éder Luis. *Da música à Medicina: A odisséia da formatura do segundo médico gaúcho negro*. Porto Alegre: Cidadela, 2010.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre. Guia Histórico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- FRUGOLI, Heitor Jr. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- GERMANO, Iris. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGHIS/UFRGS, 1999.
- GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Livraria do Globo, 1927.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. “Preconceito de cor e racismo no Brasil”. In: *Revista de Antropologia*, v. 47, n.1. São Paulo: FFLCH/USP, 2004.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidade e Mediações Culturais*. (organização: Liv Sovik). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- KERSTING, Eduardo. *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a colônia africana*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGHIS/UFRGS, 1998.
- LIMA, Olimpio de Azevedo. *Dados estatísticos do município de Porto Alegre organizados em 1912*. Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1912.
- _____. *Resultado do recenseamento da população e outros apontamentos do município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1917.

- _____. *Recenseamento da população do município de Porto Alegre mandado executar em Novembro de 1921, e outros apontamentos sobre o mesmo Município*. Porto Alegre: Oficina Gráfica da Livraria do Comércio, 1922.
- MARQUES, T. “Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890-1950)”. In: *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, v. IX, n. 194 (13). Barcelona: Universidad de Barcelona, 2005.
- MATTOS, Jane Rocha de. *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGHIS/PUCRS, 2000.
- MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: Imprensa e Policiamento Urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUSC/ANPUH-RS, 2004.
- MINTZ, Sidney W., PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Candido Mendes, 2003.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre : urbanização e modernidade : a construção social do espaço urbano* (Coleção História 4). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. 152 p.
- MULLER, Liane Susan. “As contas do meu rosário são balas de artilharia” – *Irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado Porto Alegre: PPGHIS/PUCRS, 1999.
- OLIVEIRA, Márcia Ramos de. *Lupicínio Rodrigues: A cidade, a música, os amigos*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGHIS/UFRGS, 1995.
- OLIVEIRA, Reinaldo José de. *Segregação urbana e racial na cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela*. Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: PUCSP, 2010.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1989.
- _____. *Os Pobres da Cidade: vida e trabalho (1880-1920)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.
- _____. “Os excluídos da Cidade”. In: SEFFNER, Fernando (Org.). *Presença negra no Rio Grande do Sul*. UE/Porto Alegre, 1995.
- _____. “Lugares malditos: a cidade do outro no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 37. São Paulo: ANPUH, 1999. p. 195-216.
- PETRUCCELLI, José Luis. “As doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro (1870-1930) Arthur de Gobineau e Louis Couty no Brasil”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 7. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1996.
- POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: CPDOC | FGV, 1989. p 3-15.
- RAMALHO, Olavo Marques. *Entre a avenida Luis Guaranhas e o Quilombo do Areal: estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre/RS*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2006.
- ROLNIK, Raquel. “Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)”. In: *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 1989.
- _____. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- ROSA, Marcus. V. F. *Quando Vargas caiu no samba: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGHIS/UFRGS, 2008.

SANTOS, Irene (org.). *Negro em preto e branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre*. Porto Alegre : [s.n.], 2005. 181 p.

_____. *Colonos e quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre*. Porto Alegre: [s.n.], 2010.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WACQUANT, Loic J. D. “As duas faces do Gueto”. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. “Três Premissas Perniciosas no Estudo do Gueto Norte-americano”. In: *Mana* v.2, n.2. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

VEDANA, Hardy. *Jazz em Porto Alegre*. Porto Alegre: L&PM, 1987.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. “Cortiços no Brás: velhas e novas formas da habitação popular na São Paulo industrial”. In: *Análise Social*, v. XXIX, n.127 (3º). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994.

XAVIER, Regina Célia Lima. “A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos”. In: *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 15-31.

Recebido em: 18/12/2010

Aprovado em: 25/03/2011